



ALEX SANDRO MAGALHÃES DO NASCIMENTO¹

FELIPE LANZAS TIBIRIÇÁ²

LEANDRO JOSÉ DE ANDRADE VIANA³

RODRIGO NOGUEIRA MARTINS⁴

Impacto da Urbanização nas Terras Indígenas das Aldeias dos Povos Guarani do Pico do Jaraguá - São Paulo

Impact of urbanization on the indigenous lands of the villages of the guarani peoples of Pico do Jaraguá - São Paulo

ARTIGO 4

54-65

1 Licenciatura e Bacharel em Geografia. Licenciatura em Ciência da Religião. Especialista em Geografia do Brasil. Especialista em História das Religiões. Mestre em Ciência das Religiões. Graduando em Antropologia pela Uniasselvi, Salvador, BA. Email: as_geografia@hotmail.com.

2 Bacharel em Restauro e Conservação. Especialista em Telas e Cerâmica. Graduando em Antropologia pela Uniasselvi, Suzano, SP. Email: felipepelanzatibi@gmail.com.

3 Licenciatura em História. Graduando em Antropologia pela Uniasselvi, São Paulo, SP. Email: pixote2002@hotmail.com.

4 Mestre e Especialista em Ciência da Religião. Mestrando em Arqueologia. Graduando em Antropologia da Uniasselvi, Rio de Janeiro, RJ. Email: rodrygovirtual@hotmail.com.

Resumo: O Pico do Jaraguá, localizado em São Paulo, é um grande e importante espaço que faz parte da unidade de conservação. Esta é a casa de uma comunidade indígena Guarani que trabalha incansavelmente para preservar sua cultura e tradições. A comunidade Guarani do Pico do Jaraguá, também conhecida como Tekoas - de Tekó, que significa modo de vida Guarani, é uma das últimas comunidades indígenas remanescentes na região metropolitana de São Paulo. Este trabalho tem o intuito de levar à reflexão a presença dos povos originários nos territórios urbanos, em especial as aldeias da região, destacando a relevância da preservação e regulamentação dos territórios indígenas, para a manutenção de suas culturas e sua sobrevivência. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e levantamento de dados estatísticos. Buscamos, através de entrevista com o Pajé Tupã Mirim, entender a ótica do próprio indígena, como eles se sentem em relação ao impacto da urbanização e os principais desafios. Através dessa pesquisa, observamos que a luta pela sobrevivência desse povo vem se esticando ao longo da história, e que é preciso direcionar políticas públicas que priorizem o acesso à cidade e aos serviços com respeito às suas necessidades culturais e territoriais.

Palavras-chave: Comunidade. Jaraguá. Unidade de Conservação. Meio Ambiente. Desafios.

Abstract: Pico do Jaraguá, located in São Paulo, is a large and important space that is part of the conservation unit. This is the home of an indigenous Guarani community who work tirelessly to preserve their culture and traditions. The Guarani community of Pico do Jaraguá, also known as Tekoas - from Tekó, which means Guarani way of life, is one of the last remaining indigenous communities in the metropolitan region of São Paulo. This work aims to reflect on the presence of indigenous peoples in urban territories, especially the villages in the region, highlighting the relevance of preserving and regulating indigenous territories, for the maintenance of their cultures and their survival. And for this, in addition to bibliographical research and statistical data, we sought, through an interview with Pajé Tupã Mirim, to understand the perspective of the indigenous people themselves, how they feel about the impact of urbanization and the main challenges. Through this research we observed that the struggle for survival of these people has been stretching throughout history, and that it is necessary to direct public policies that prioritize access to the city and services with respect to their cultural and territorial needs.

Keywords: Community. Jaraguá. Conservation Unit. Environment. Challenges.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar a relação do urbano com as unidades de conservação onde a expansão urbana aumentou a pressão sobre as aldeias, diminuindo suas condições de sobrevivência, mas não de sua resistência para permanecer em seu território étnico-cultural.

As áreas conhecidas como unidades de conservação (UC) são construídas pelo poder público e possuem como objetivos a precaução, o uso sustentável e o recobrimento dos ambientes naturais. No momento, 2.446 UCs totalizam o território continental e 26% das áreas marinhas do Brasil, divididas entre unidades de nível federal, estadual e municipal. Estas coesões estão subdivididas em 12 camadas distintas em dois tipos principais: uso sustentável e proteção integral.

O objetivo principal de criação de áreas restritas com foco na preservação foi preservar ambientes naturais com características excepcionais, inclusive aqueles relacionados a exemplares da flora e da vida selvagem da região. O objetivo das áreas restritas com foco na preservação era preservar ambientes naturais com características excepcionais, inclusive aqueles relacionados a exemplares da flora e da vida selvagem da região. Em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone (EUA) foi o marco inicial da criação de unidades de conservação. Posteriormente, os parques nacionais e outros modelos de unidade de conservação surgiram ao redor do planeta. Este tipo de iniciativa foi tomado já no final do século XIX.

Os primeiros parques nacionais foram estabelecidos nos anos de 1930 com a inspiração do Parque Nacional do Itatiaia (1937), do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1937) e do Parque Nacional do Iguaçu (1939). Já foram criadas unidades no âmbito do Código Florestal Brasileiro

de 1934, que classificou as florestas nativas como interesses comuns, dividindo-as em quatro categorias: protetoras e remanescentes (para preservação permanente) e modelo produtivo (exploração comercial).

O país teve crescimento do número de unidades de conservação durante as décadas seguintes, juntamente com avanços na legislação que expandiram a variedade de unidades atualmente existentes e estabeleceram outras formas de uso e abuso dos recursos naturais. De acordo com Drummond, Franco e Oliveira (2010), uma vez que uma conformidade em torno da relevância do amparo da biodiversidade e dos cenários naturais se estabelecia em torno da área natural, o Brasil entrou na década de 1990 com uma diversidade de categorias assegurada a título ambiental.

Situada na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, a TI Jaraguá compartilha uma sobreposição parcial de aproximadamente 308 hectares com o do Estadual do Jaraguá (PEJ), respondendo por 58,1 % da TI e 62,5 % do PEJ. Cinturão Verde de São Paulo, a TI Jaraguá compartilha uma sobreposição parcial de aproximadamente 308 hectares com o Parque Estadual do Jaraguá (PEJ), respondendo por 58,1% da TI e 62,5% do PEJ. A dupla proteção da área representada pela sobreposição é vista com bons olhos pelos Guaranis, que pretendem estreitar seus laços com o PEJ para discutir enfoques de gestão comum dessas áreas, venerando seus estilos, culturas e memórias estipulados pela atual Constituição Federal.

Na cidade de São Paulo, o Pico do Jaraguá é bem mais que simplesmente um marco geográfico, é o lar de uma comunidade indígena Guarani que luta bravamente para preservar sua cultura, tradições e direitos. As últimas comunidades indígenas restantes na metrópole de São Paulo é o grupo Guaranis do Pico do Jaraguá, conhecido como Tekoas - de Tekó, que denota o jeito de vida Guarani. Na divisa entre os municípios de São Paulo e Osasco e em meio às principais rodovias da região metropolitana, com uma dimensão de 1,76 hectares, esse

complexo é composto pelas Aldeias Pyau, Itakupe, Yvy Porã, Ita Endy, Ita Vera, Ytu, Pindo Miri.

Em 1987, uma área de terra que eles habitam foi oficialmente reconhecida como uma reserva indígena. No entanto, a batalha pela Terra não terminou por aí. A comunidade Guarani do Pico do Jaraguá é formada por cerca de 700 pessoas que vivem em cinco bairros diferentes. As gerações jovens sustentam suas memórias através de práticas culturais, tais como a efetivação de rituais religiosos e a comunicação de histórias e informações ancestrais. A comunidade empenha-se em apresentar sua cultura ao redor do mundo atual, apresentando programas educacionais e culturais para o público acima. Contudo, o guarani enfrenta vários desafios. A área designada é insuficiente para sustentar o modo de vida tradicional e a população local. Além disso, a poluição do ar e da água, que impactam a saúde e o bem-estar da área, é um resultado da urbanização em torno do Pico do Jaraguá.

Na cultura guarani, ensina-se que cada um deve morar longe do outro, no entanto, a realidade é que os indígenas da região vivem num esquema de comunidade não indígena, se aproximando da tradicional favela, com empreendimentos e construções de moradias evoluindo e crescendo cada dia mais.

Na aldeia do século 21, celular e computador convivem com pau a pique e chão de barro, e o asfalto está a poucos passos das tribos. Porém, diferente de outras comunidades pobres de São Paulo, não existem nas aldeias Guarani comércios como bares, mercados ou semelhantes. Boa parte dos empregos está restrita à escola, posto de saúde e centro comunitário.

Há anos a comunidade não é autossuficiente, não consegue viver do que planta, e muito menos caçar, já que estão cercados pela cidade e uma área de preservação, ou seja, a comida vem de mercados ou por meio de doações de cestas básicas, situação que leva muitos a terem empregos comuns na cidade.

O presente artigo tem como objetivo principal a análise do impacto da urbanização e das questões relacionadas ao acesso e reconhecimento dos direitos territoriais indígenas, com foco na comunidade indígena situada no bairro Jaraguá, São Paulo.

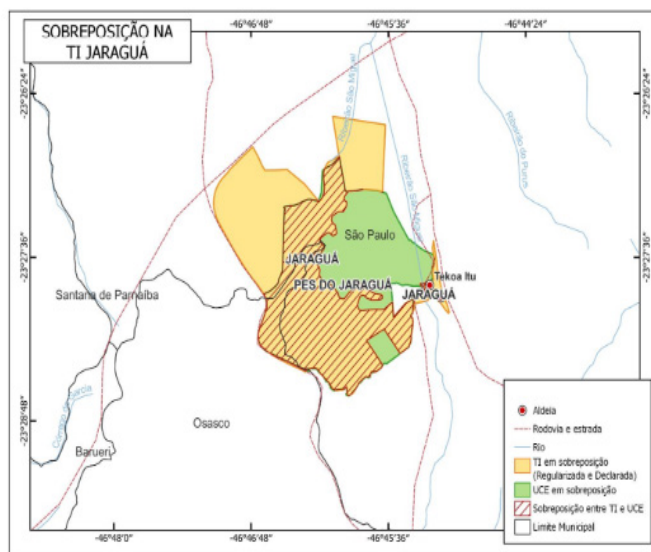
Este artigo se justifica pela relevância de investigar o impacto da urbanização sobre as comunidades indígenas, especialmente em contextos urbanos como a comunidade indígena do bairro Jaraguá em São Paulo. A urbanização tem gerado transformações significativas no espaço e na vida dessa comunidade, afetando diretamente seu acesso à terra e seus direitos territoriais. Compreender esses impactos é crucial não apenas para documentar as consequências da expansão urbana sobre os povos indígenas, mas também para informar políticas públicas e ações que possam promover o reconhecimento e a proteção desses direitos fundamentais em ambientes urbanos cada vez mais complexos e dinâmicos.

Também se justifica pela necessidade de ampliar o conhecimento acadêmico sobre as problemáticas enfrentadas pelas comunidades indígenas em áreas urbanas. Ao explorar o tema do acesso e reconhecimento do direito à terra nesse contexto específico, busca-se contribuir para o debate acadêmico e político sobre a efetivação dos direitos territoriais das populações indígenas em meio à rápida urbanização. Além disso, o estudo visa oferecer reflexões e debates para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, que considerem as necessidades e os desafios enfrentados por essas comunidades frente às transformações urbanas contemporâneas.

HISTÓRIA E DEMOGRAFIA

A história dos Guarani no Pico do Jaraguá é marcada pela resistência e adaptação. A família de Tupã Mirim não pôde fornecer a data exata de sua chegada à aldeia, o que reflete a memória oral e a

tradição dos povos indígenas em detrimento dos registros escritos. Atualmente, o território do Jaraguá compreende sete aldeias em um território de 532 hectares, incluindo o Parque Estadual do Jaraguá. A aldeia Yvy Porã, onde Tupã Mirim reside, abriga cerca de dez famílias, totalizando aproximadamente trinta pessoas. A demografia é predominantemente jovem, com uma maioria de adolescentes e crianças, enquanto os idosos somam apenas cerca de dez pessoas nas sete aldeias.



Fonte: Relatório técnico da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (2021).

Parte do território de grupos da etnia Guarani, a TI (Terra Indígena) Jaraguá é tradicionalmente ocupada, regularizada em 14 de abril de 1987, localizada nos municípios de São Paulo e Osasco. Possui aproximadamente 25,748 ha de superfície e é contígua à TI Jaraguá. Atualmente, há duas aldeias nessa terra tradicionalmente ocupada, declarada com 531,757 ha de superfície. As TIs não possuem instrumentos de gestão, e as aldeias existentes estão na área em sobreposição com o Parque Estadual do Jaraguá.

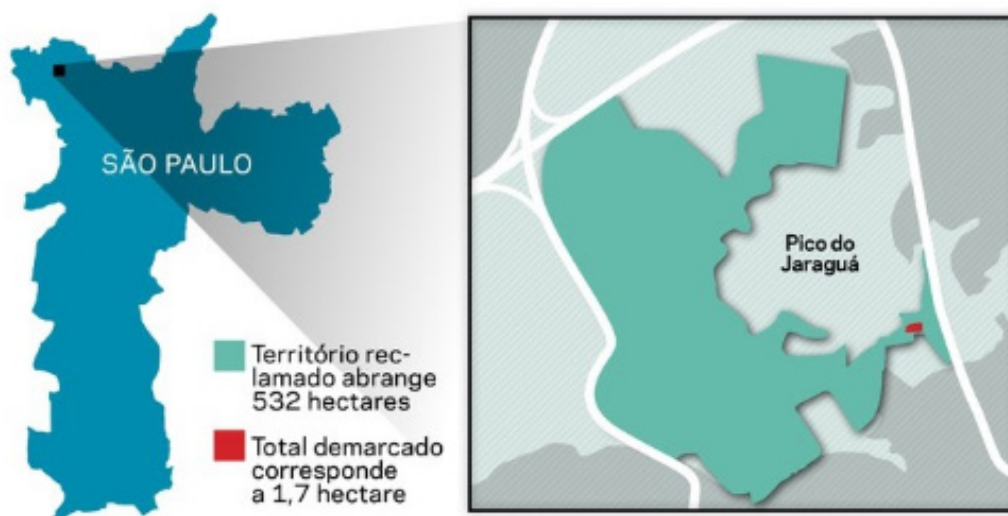
Criado pelo Decreto nº 38.391, de 3 de maio de 1961, o Parque está localizado no bioma Mata Atlântica, nos municípios de São Paulo e Osasco. Possui superfície total de aproximadamente 491,666 ha, inscritos na Reserva da Biosfera – Cinturão Verde da Cidade de São Paulo e na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

A Unidade de Conservação possui plano de manejo e conselho consultivo instituído, no qual a Funai é membro e há representação indígena. Além das implicações da sobreposição no processo demarcatório, há restrições em relação às práticas indígenas na UC, embora os indígenas acessem seu interior para coleta vegetal, caça, pesca, moradia e extrativismo vegetal. Os principais conflitos, pressões e ameaças nas áreas protegidas e entorno próximo incluem: deposição de rejeitos, especulação imobiliária/avanço da urbanização, atividade turística irregular, caça e extrativismo irregular, entre outros.

De acordo com Oliveira, Papali e Gomes (2021), pouco tem sido feito para a sobrevivência mínima dessa comunidade, também ligada à ampliação e regularização de seu território, hoje, a menor terra indígena do Brasil, impedindo-os de vivenciar de forma plena a cultura, e limitando-os em um território que não garante a ampla vivência.

A LUTA PELA TERRA

Os guarani reivindicam área que se sobrepõe ao Parque Estadual do Jaraguá



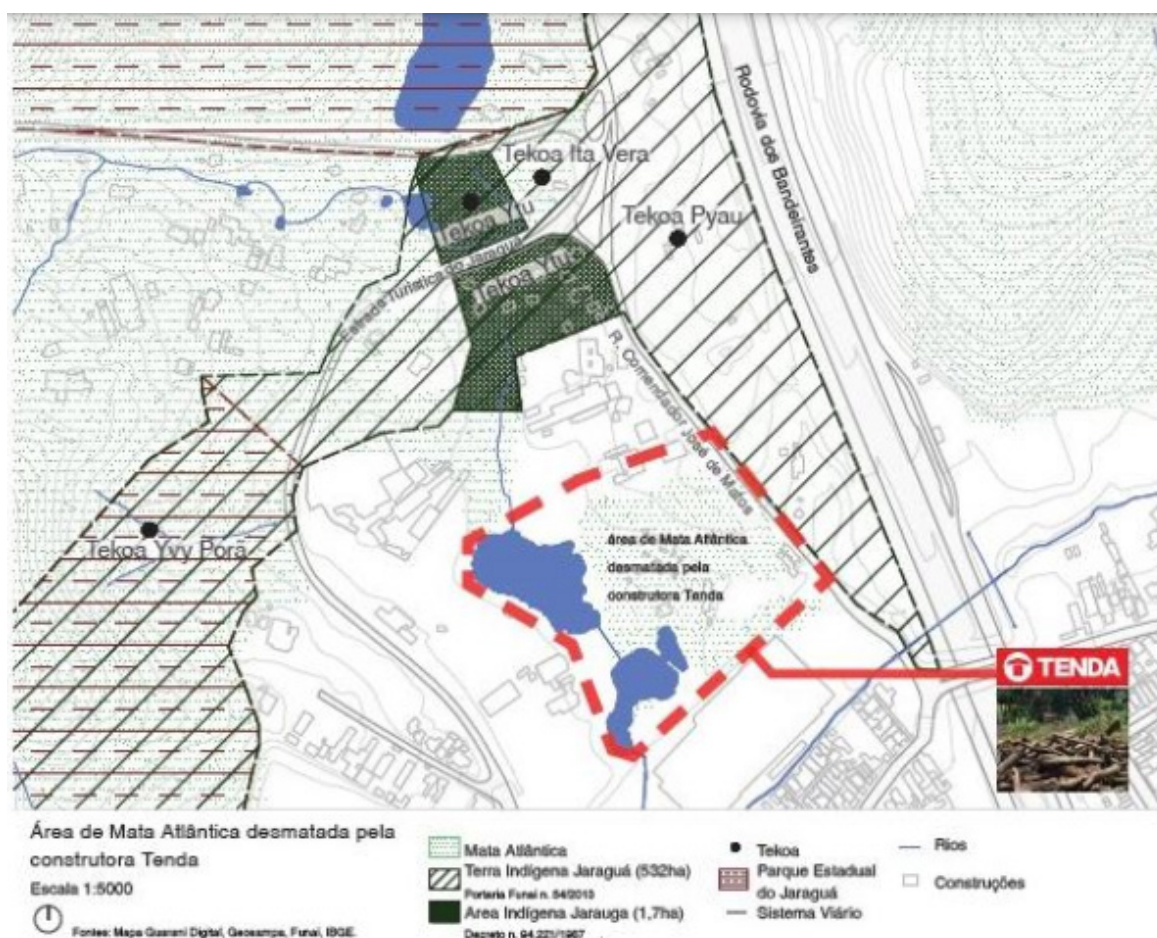
Fonte: Movimento dos Sem Terra (2016).

EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Segundo Bueno (2020), as grandes mudanças do perfil do bairro do Jaraguá foram ocasionadas inicialmente pelo aumento das distribuidoras e empresas de logística que buscavam fácil acesso às vias que circundam a região. Além do constante crescimento demográfico, do forte aumento da especulação imobiliária, bem como das consequências geradas pela conclusão do trecho Oeste e trecho Norte do Rodoanel.

Nos últimos anos, houve o surgimento de novos empreendimentos imobiliários próximos à

Terra Indígena Jaraguá. Um exemplo recente que mostra os avanços do mercado imobiliário agressivo, foi um empreendimento lançado pela Construtora Tenda em 2019, a poucos metros da TI Jaraguá, com a proposta de construção de 11 Torres com aproximadamente 880 unidades residenciais. Esse projeto causou o protesto dos Guaranis que se mobilizaram e convocaram a comunidade, vereadores, apoiadores e ativistas e ocuparam o terreno da Tenda por cerca de um mês, em março de 2020, quando ocorreu a reintegração de posse.



Fonte: Mapa Guarani, Funai, Geosampa.

SUSTENTABILIDADE E PRODUÇÃO

Os Guarani do Jaraguá mantêm práticas tradicionais de cultivo e artesanato, essenciais tanto para a subsistência quanto para a geração de renda. Entre os produtos cultivados estão batata-doce, milho, amendoim e mel. No artesanato, produzem colares e peças de miçangas e penas. No entanto, há uma problemática econômica significativa: os intermediários que compram essas peças a preços baixos e as revendem por valores exorbitantes em galerias de luxo e feiras de arte. Isso evidencia

uma relação de exploração e desigualdade econômica que precisa ser abordada para garantir um comércio justo e sustentável para os indígenas.

INFRAESTRUTURA E EDUCAÇÃO

A infraestrutura nas aldeias do Jaraguá inclui uma escola estadual, um posto de saúde e uma escola municipal. A escola estadual, localizada fora da aldeia, levanta questões sobre o impacto dessa distância no acesso à educação e na preservação

cultural. A necessidade de deslocamento pode influenciar negativamente a frequência escolar e a identidade cultural dos jovens, que são expostos a um ambiente predominantemente não indígena.

Conforme Motta (2016), traz à tona a discussão sobre o que desejam para seu futuro os indígenas do Pico do Jaraguá, dado o contexto social e político em que estão inseridos. Essa análise parte da investigação especificamente das gerações mais novas, que imaginam seu futuro, sua permanência no Jaraguá e sua melhora enquanto ambiente, sua revitalização, a potencialização da Natureza, do que é natural, concomitante à sua inserção no meio urbano, como veem o futuro dessas relações com a cidade e mantêm a consonância com sua tradição.

IMPACTO DA URBANIZAÇÃO

A proximidade com a cidade grande tem efeitos ambíguos sobre os Guarani do Jaraguá. Por um lado, Tupã Mirim afirma que a urbanização não influencia drasticamente os costumes e tradições diárias da aldeia, demonstrando a resiliência cultural dos Guarani. Eles mantêm uma abertura ao diálogo e parcerias com a sociedade urbana, embora sintam que a cidade ainda não está preparada para acolher e respeitar verdadeiramente uma cultura diferente.

Por outro lado, a urbanização traz desafios significativos. Casos de desaparecimento e a alta taxa de suicídio entre os jovens indígenas refletem uma crise identitária e um possível desajuste cul-

tural. A proximidade com a cidade expõe os jovens a influências e pressões externas que podem ser desestabilizadoras, indicando que os impactos negativos da urbanização, embora sutis, são profundos e complexos.

PERSPECTIVA HISTÓRICA E TERRITORIAL

Os Guarani do Pico do Jaraguá vivem em uma espécie de “ilha” cultural, cercada por símbolos históricos de opressão. O território é flanqueado pela Rodovia Bandeirantes, que homenageia os bandeirantes, notórios pelo genocídio de indígenas durante a colonização, e pela Rodovia Anhanguera, associada à exploração colonial. Mais recentemente, o Rodoanel adicionou outra camada de isolamento e pressão sobre o território indígena. Gambota (2016, on-line) relata que:

A resistência não vem de hoje: a terra guarani na porção noroeste da capital é cercada pela Rodovia dos Bandeirantes, pela Anhanguera e também pelo Rodoanel, que trazem barulho e poluição aos que vivem ali, mas se recusam a sair.

Tupã Mirim vê esses elementos como símbolos da história violenta e da marginalização contínua enfrentada pelos povos indígenas. A urbanização e a infraestrutura rodoviária representam não apenas barreiras físicas, mas também a persistência de um contexto histórico de exploração e extermínio.



Figura 1. Tupã Mirim com seu cachimbo de fumo - Casa de apicultura da aldeia do Jaraguá - SP / Fonte: Felipe Lanzas.

METODOLOGIA

Este artigo tem o intuito de levar à reflexão a presença dos povos originários nos territórios urbanos, com o objetivo de entender as noções de território dessa região, bem como seus desafios, observando o seu modo de viver e ocupar a terra diante desse cenário de urbanização, e como resistem e sobrevivem na cidade.

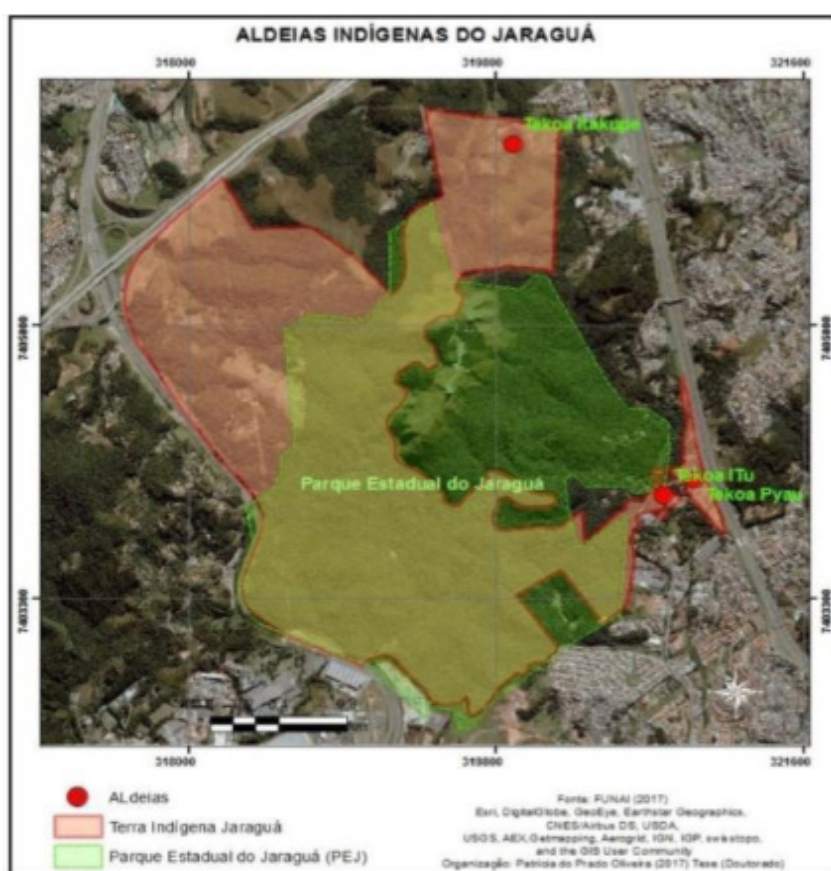
Para tanto, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa indutiva, sob forma de revisão bibliográfica, através da consulta a artigos e publicações sobre o tema e sites acadêmicos relacionados. Foi realizada também uma entrevista de forma semiestruturada com o Pajé da Aldeia com o objetivo de identificar o impacto da urbanização nas terras indígenas das aldeias dos povos guarani do Pico do Jaraguá na cidade de São Paulo/SP.

O método de pesquisa escolhido favorece liberdade na análise, ao se permitir mover por diversos caminhos do conhecimento. Isso possibilita ter

um olhar sobre várias perspectivas no decorrer do estudo, não obrigando a atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Souza (2015), os povos indígenas em São Paulo ainda são, em grande medida, invisíveis diante do poder público e da sociedade. Sua presença na região de maior desenvolvimento econômico do País os coloca em situação de vulnerabilidade, à medida que estão cada vez mais limitados a diminutos territórios, os quais, em muitos casos, mostram-se insuficientes para garantir sua sobrevivência física e cultural. Grande parte de suas terras não foi regularizada ou encontra-se regularizada com pendências. E muitas sofrem os impactos da crescente urbanização do estado, dos grandes projetos como ferrovias, estradas e linhas de transmissão e dos empreendimentos de turismo.



Fonte: Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas (OBIN).

Pelo fato de a comunidade indígena estar localizada em meio ao centro urbano, são diversas as dificuldades enfrentadas pela população indígena em São Paulo. Além dos problemas encontrados pela população das periferias de forma geral, como falta de emprego, condições precárias de moradia, violência, falta de assistência à saúde, também enfrentam problemas específicos, como a invisibilidade perante a sociedade em geral, a desconsideração do poder público, o questionamento de suas identidades étnicas e a falta de um espaço coletivo para suas manifestações culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os argumentos apresentados diante da problemática do impacto da urbanização nas terras indígenas do Pico do Jaraguá na cidade de São Paulo/SP, pudemos trazer a reflexão sobre a presença dos povos indígenas nos territórios urbanos, em especial os Guarani, destacando a importância da preservação e estruturação dos territórios indígenas para a reprodução e a sobrevivência de suas culturas.

Através de análise de dados e de gráficos, bem como da entrevista com o próprio Pajé, chegamos à conclusão de que a Aldeia está localizada em uma área estratégica porque ela está, entre as principais rodovias que ligam o estado e, além disso, essas áreas são de interesse de empresas logísticas e construtoras imobiliárias. Tais instituições vêm ameaçando as demarcações de demais áreas

para essas tribos, dificultando em si a manutenção dos seus traços culturais e delimitando as áreas destinadas às plantações de subsistência. E ao direcionar o olhar e ouvidos a essa comunidade, concluímos que pouco tem sido feito pelos órgãos responsáveis, com isso dificultando a sobrevivência mínima dessas aldeias, impedindo-as de viverem de forma plena suas culturas, limitando os seus territórios e não garantindo uma vivência ampla. Essas lutas para sobreviver vêm se esticando ao longo da história, direcionar políticas públicas que priorizem o acesso à cidade e aos serviços com respeito às suas necessidades culturais e territoriais para que eles possam manter o seu jeito de lidar com a natureza e com a terra conforme sua identidade.

É de extrema importância olhar para essa população, para sua luta, que vem se estendendo ao longo da história para que a sobrevivência desse povo seja garantida, fazer com que o poder público priorize o acesso à cidade e aos serviços, mas sempre com respeito às suas necessidades culturais e territoriais, seu modo de lidar com a terra, o espaço e sua identidade étnica.

Apesar das contribuições significativas deste trabalho, é essencial reconhecer as suas limitações e a possibilidade de outros caminhos para futuras pesquisas. Portanto, outras investigações podem apresentar novas perspectivas de aprofundamento sobre o tema. Por isso, sugerimos a realização de pesquisas futuras com a indicação de realização de estudo bibliométrico sobre os trabalhos publicados na JOIA e na Revista Maiêutica.

REFERÊNCIAS

A VIDA nas últimas aldeias indígenas de São Paulo. DW Brasil, 2024. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal DW Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ah4G0gQiIu8>. Acesso em: 9 jul. 2024.

BUENO, F. A. de G. **O modo de vida Guarani e suas múltiplas paisagens no Jaraguá, São Paulo – SP**. 2020. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Terras Indígenas em São Paulo/SP**. São Paulo: CPISP, 2024?. Disponível em: <https://cpisp.org.br/povos-indigenas-em-sao-paulo/terras-indigenas/terras-indigenas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Diagnóstico a respeito de sobreposições e interfaces territoriais entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação estaduais**. Brasília, DF: FUNAI, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/copy_of_Produto_III_Relatorio_Tecnico___versao_final.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

GAMBOTA, M. Indígenas de São Paulo, acossados por todos os lados. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 30 ago. 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/08/30/indigenas-de-sao-paulo-acossados-por-todos-os-lados>. Acesso em: 9 jul. 2024.

MACEDO, V. “Alimento morto” e os donos na cidade: comensalidade e alteridade em uma aldeia guarani em São Paulo. **Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, Lisboa, v. 23, n. 3, p. 745-765, 2019.

MOTTA, A. V. de M.; LIMA, A. H. M. Sonhos e desejos da infância Guarani do Pico do Jaraguá, São Paulo. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 4, p. 781-796, 2016.

OLIVEIRA, M. I. R. de S. Povos Indígenas, o direito a terra e os conflitos em torno da demarcação da terra Indígena do Jaraguá. **Revista Internacional da Academia Paulista de Direito**, São Paulo, n. 6, p. 1-25, 2020.

OLIVEIRA, R. S.; PAPALI, M. A.; GOMES, C. Cotidiano, cultura e resistência: Terra Indígena Guarani do Pico do Jaraguá-SP. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 34, n. 54, p. 242-257, jun. 2021.

SOUZA, N. L. T. de. **Tekoá Pyay: território de luta e resistência Guarani no Jaraguá (SP)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.